



issn: 2176-5960

Προμηθεύς  
journal of philosophy

n. 37 September - December 2021



## TEORIAS NÃO ORTODOXAS DO ENTIMEMA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Giordano Brito de Azevedo<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo desse artigo é apresentar parte da pesquisa contemporânea acerca do entimema aristotélico, tomando por base as teorias não ortodoxas concebidas entre a metade do século XIX e a primeira metade do século XX por alguns dos autores que marcaram o debate nesse período. O entimema é um conceito cuja importância ultrapassa o âmbito da retórica antiga e que atraiu especialmente o interesse dos lógicos no decorrer dos séculos. Hoje se faz presente em discussões tão diversas como, por exemplo, as constantes nos estudos argumentativos e na crítica cinematográfica contemporânea. Ao final, nosso propósito é que o leitor possa compreender um pouco melhor quais tipos de questionamento a respeito do entimema frequentam o debate atual, bem como as espécies de soluções encontradas.

**Palavras-chave:** Aristóteles, Retórica, Entimema, Teorias contemporâneas.

**Abstract:** The aim of this article is to present a fraction of the contemporary studies on the Aristotelian enthymeme, based on the unorthodox theories conceived between the mid-19th century and the first half of the 20th century by some of the most representative authors in that period. The enthymeme is a concept that has particularly attracted the attention of logicians over the centuries and whose importance goes beyond the scope of ancient rhetoric. The enthymeme currently occurs in discussions as diverse as those present in argumentative studies and contemporary film criticism. Our purpose is to provide a better understanding about the questions raised on the concept of enthymeme that are frequent in current debate, as well as the kinds of answers suggested.

**Keywords:** Aristotle, Rhetoric, Enthymeme, Contemporary theories.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Desenho Industrial - Programação Visual pela Universidade de Brasília(2000), especialização em Lato Sensu em Engenharia de Sistemas pela Escola Superior Aberta do Brasil(2008) e mestrado em METAFÍSICA pela Universidade de Brasília(2020). Atualmente é ERSTA da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

## O entimema nos *Analíticos* e na *Retórica*

O entimema é um termo e um conceito com longa história, que precede a Aristóteles e chega até os nossos dias. O que queremos esclarecer com nossa contribuição é o debate acerca do entimema nas teorias não ortodoxas entre a metade do século XIX e a metade do século XX. Todavia, para enquadrar o assunto, é necessário precisar os contornos da questão e, portanto, da definição. Começemos pelos *Analíticos*<sup>2</sup>, nos quais constam duas ocorrências do termo.

O entimema é um silogismo que se assenta em premissas verosímeis<sup>3</sup> ou em signos. (*An. Pr.* 70a)

Por outro lado, é de análogo modo que os argumentos retóricos persuadem, uma vez utilizarem, ou paradigmas, o que é uma espécie de indução, ou entimemas, o que não deixa de constituir um silogismo. (*An. Post.* 71a9-11)

Na *Retórica* são diversas as ocorrências de entimema, assim como são diversos os contextos em que ocorrem – desde a crítica de Aristóteles aos seus predecessores por não tratarem especificamente do “corpo da prova”, até a devida exposição da teoria do silogismo retórico.

Assim, em 1354a<sup>4</sup> lemos:

Ora, os que até hoje compuseram tratados de retórica ocuparam-se apenas de uma parte dessa arte; pois só os argumentos retóricos são próprios dela, e tudo o resto é acessório. Eles, porém, nada dizem dos entimemas, que são afinal o corpo da prova, antes dedicam a maior parte dos seus tratados a questões exteriores ao assunto; porque o ataque verbal, a compaixão, a ira e outras paixões da alma semelhantes a estas não afectam o assunto, mas sim o juiz. (*Rhet.* 1354a)

---

<sup>2</sup> Utilizamos a tradução de Pinharanda Gomes (vários volumes).

<sup>3</sup> No Brasil a grafia usual é “verossímil”, mas, em todo este artigo, escreveremos “verosímil”, para manter a consistência com o texto do estudioso português Pinharanda Gomes, citado inúmeras vezes. Neste trabalho, é o mesmo que probabilidade.

<sup>4</sup> Utilizamos a tradução de Júnior, Alberto e Pena (2005).

Sobre esse trecho destacamos duas notas da tradução de Júnior, Alberto e Pena (2005). A primeira diz respeito ao entimema propriamente dito, que os autores definem como silogismo retórico, como “a forma dedutiva de argumentação retórica que tem no paradigma a sua forma indutiva” (2005, p. 90). A segunda refere-se ao vocábulo grego *pistis* (πίστις), traduzido no trecho como “argumentos retóricos”: esclarecem que *pistis* difere no sentido conforme os contextos, podendo significar fé, meio de persuasão ou prova (2005). Em Aristóteles, o termo normalmente significa “prova”, “prova lógica”, “argumentação”, “argumento lógico” ou, conforme visto, “argumento retórico” (2005, p. 90).

Em relação à crítica que Aristóteles fez a seus contemporâneos, Grimaldi (1980) explica que o filósofo não pretendeu negar que as emoções sejam parte da retórica, mas que, ao se dedicarem apenas a despertar respostas emocionais, aqueles escritores limitaram-se a uma pequena parte dessa arte. Aristóteles está questionando ainda o uso indevido das emoções por esses oradores e o incentivo que estão dando a uma espécie de prática demagógica (GRIMALDI, 1980).

Também é significativa a definição dada por Aristóteles em *Rhet.* 1356b: “Chamo entimema ao *silogismo retórico* e exemplo à indução retórica” (destacamos).

Grimaldi (1980) considera importante a relação que Aristóteles estabelece entre o silogismo retórico, o entimema e o signo, tendo em vista que a teoria dos signos, desenvolvida na *Retórica* e nos *Analíticos Anteriores*, é apresentada em termos de argumentação silogística. Reproduzimos algumas passagens citadas por Grimaldi (1980) que corroboram essa relação.

E, posto que os entimemas derivam de probabilidades e sinais<sup>5</sup>, [...] (*Rhet.* 1357a)

Os entimemas formulam-se a partir de quatro tópicos e estes quatro são: a probabilidade, o exemplo, o *tekmérion*, o sinal; (*Rhet.* 1402b)

O entimema é um silogismo que se assenta em premissas verosímeis ou em signos. (*An. Pr.* 70a)

[...] as probabilidades e os sinais são premissas retóricas. Porque, em geral, todo o silogismo se constrói a partir de premissas, e o entimema não é mais do que um silogismo que se deduz das ditas premissas (*Rhet.* 1359a)

---

<sup>5</sup> O termo, no singular, é *semeion* (σημεῖον). M. A. Júnior, P. F. Alberto e A. do N. Pena (2005) traduzem como “sinal”, mas, em nossas menções, optamos pela tradução de Pinharanda Gomes (1986) e Miguel Candel Sanmartín (1995), “signo”, já que se trata de um termo técnico.

Se, nesse caso, enunciarmos uma única premissa, obtemos apenas um signo; mas se, além desta, aduzirmos outra premissa, obtemos um silogismo [...] (*An. Pr.* 70a)<sup>6</sup>

O signo, pelo contrário, pretende ser uma proposição demonstrativa, seja necessária, seja provável, algo que implica outro algo, seja anterior, seja posterior, eis o que é um signo da produção ou da existência de outro algo. (*An. Pr.* 70a)

De entre os sinais, um é como o *particular em relação ao universal*; por exemplo, um sinal de que os sábios são justos é que Sócrates era sábio e justo. Este é na verdade um sinal, mas refutável, embora seja verdade o que se diz, pois não é susceptível de raciocínio por silogismo. O outro, o sinal necessário, é como alguém dizer que é sinal de uma pessoa estar doente o ter febre, ou de uma mulher ter dado à luz o ter leite. E, dos sinais, este é o único que é um *tekmérion*, um argumento concludente, pois é o único que, se for verdadeiro, é irrefutável. É exemplo da *relação do universal com o particular* se alguém disser que é sinal de febre ter a respiração rápida. Este, porém, é também refutável, embora verdadeiro, pois é possível ter a respiração ofegante mesmo sem febre. (*Rhet.* 1357b) (destaque nosso)

Fica, pois, até aqui explicado o que é uma probabilidade, um sinal e um *tekmérion*, bem como o que os distingue. Foi, porém, nos *Analíticos* que estes foram mais explicitamente tratados, bem como a razão pela qual certas proposições são impróprias para o silogismo e outras são adequadas à sua formação (*Rhet.* 1357b)

Aristóteles analisa com mais profundidade o problema do tipo de conhecimento fornecido por entimemas com base em *tekméria* em *An. Post.* 75a: aqui, em uma discussão sobre a natureza das premissas necessárias para a demonstração científica, a saber, proposições expressando atributos essenciais e necessários, Aristóteles observa que silogismos com base em signos (*tekmérion* – que sozinho expressa uma relação necessária), não resultam em demonstração científica (GRIMALDI, 1980). Em outras palavras, os silogismos com base em *tekmérion* dão conhecimento acerca da necessidade da conclusão, demonstram o fato da conclusão, mas não demonstram o conhecimento do fato alegado na conclusão, o que quer dizer, não fornecem conhecimento do por que a conclusão é necessária (GRIMALDI, 1980). Este último ponto é explicado um pouco mais em *An. Post.* 99a, em que Aristóteles discute a natureza do termo médio como uma causa da conclusão (GRIMALDI, 1980). A partir de seu argumento, fica claro que o signo – no caso, o *tekmérion*, quando usado como termo médio – não é conhecido como um constituinte essencial do termo maior. Consequentemente, quando inferimos uma conclusão por meio de tal termo médio, só sabemos o fato da conclusão, a saber, dado o *tekmérion*, necessariamente temos o

---

<sup>6</sup> Neste trecho, Grimaldi (1980) observa que, considerando o contexto e a sequência lógica do texto, o que aqui se obtém é na verdade o entimema.

significado na conclusão, mas não sabemos a razão do fato fundamentado na conclusão, ou seja, por que necessariamente temos a coisa significada (GRIMALDI, 1980). Por outro lado, se o *tekmérion* fosse conhecido como um constituinte essencial do termo principal, perceberíamos que neste termo médio teríamos a definição do termo maior e assim saberíamos por que a conclusão é necessária (GRIMALDI, 1980).

## Teorias não ortodoxas do entimema

O entimema é tradicionalmente entendido (e ensinado) como um tipo de silogismo incompleto em que uma das premissas se faz ausente, sendo esta provida pela audiência do discurso.

Na nota de rodapé, Júnior, Alberto e Pena sintetizam (2005, p.100):

O entimema foi posteriormente entendido como um silogismo abreviado, em que uma das premissas, geralmente a maior, não se expressava. Por exemplo: “Sócrates é mortal porque é homem”; ou, na ordem inversa, “Se Sócrates é homem é mortal”. Em ambos os casos se assume que “todos os homens são mortais”.

Além dessas doutrinas, que podemos chamar “tradicionais”, há também interpretações que se podem chamar de “heterodoxas” ou “não tradicionais” do entimema, e essas interpretações têm uma longa história nos estudos sobre a retórica e a lógica aristotélicas. Por esta razão, propomos uma reconhecimento destas interpretações que se deram em ambiente anglo-saxão a partir da metade do século XIX, começando com a obra de Hamilton.

### W. Hamilton

A discussão acerca do conceito de entimema pode retroceder até quando permitirem os registros. Alguns estudos, por exemplos, relacionam as rapsódias de Homero ao desenvolvimento da retórica. No entanto, modernamente, podemos apontar dois autores cujos trabalhos operam como marcos para as teorias que se desenvolveram desde o último século até os nossos dias: os britânicos William Hamilton e Edward Meredith Cope. O último pode ser enquadrado naquilo que propomos como doutrina tradicional. Hamilton, por seu turno, inaugura, entre os anglófonos, uma linhagem de questionamentos que se estende até nossos dias.

Em suas *Discussions* (1853, p.153), Hamilton refere-se à doutrina tradicional do entimema como aquela em que a intenção de Aristóteles foi “quase universalmente extraviada”; como um erro ao qual devemos a introdução de um “absurdo ilógico em todos os sistemas da lógica”.

Começaremos com a aula XX da consagrada obra *Lectures on Logic* (1860, p.386), em que Hamilton trata do entimema, lição que se propõe a expor “em conformidade com a opinião dos lógicos modernos” (o que, como veremos, equivale ao que já nos referimos como doutrina tradicional).

Afirma Hamilton (1860) que um silogismo defeituoso é, de acordo com a opinião geral, um tipo de raciocínio em que apenas uma das premissas é de fato enunciada. Chamam de entimema, porque, supostamente, algo permanece retido “na mente” (ἐν θυμῷ) (HAMILTON, 1860). De acordo com a premissa supressa, os lógicos de então classificavam os entimemas como de primeira ou segunda ordem (HAMILTON, 1860).

Essa doutrina, prossegue Hamilton (1860), encontra unanimidade singular entre os lógicos de seu tempo: praticamente sem exceção, essa classificação dos silogismos é considerada não somente inquestionável, mas também encontraria sua origem no próprio Aristóteles. Sobre isso, Hamilton registra nas *Discussions*:

Na doutrina comum, trata-se de uma espécie de raciocínio que se distingue do silogismo propriamente dito por ter uma ou outra de suas premissas não expressas, mas entendidas, e essa distinção, sem suspeitar de sua legitimidade ou origem, é atribuída ao Estagirita. (HAMILTON, 1853, p.153)

Hamilton (1860) sustenta que ambas as suposições se mostram erradas, já que essa classificação é vã e não encontra nenhum sinal de confirmação em Aristóteles, propondo-se a demonstrar (i) que o entimema como silogismo defeituoso não constitui uma forma especial de raciocínio; (ii) que a distinção do entimema como uma forma especial de raciocínio não se encontra em Aristóteles ; e (iii) que, mesmo admitindo-se a validade da distinção, a restrição do entimema a um silogismo em que apenas uma premissa é suprimida não pode ser mantida de maneira satisfatória.

No que diz respeito à validade da distinção entre os tipos de silogismo (i), Hamilton passa a apresentar seus argumentos.

Primeiramente, a caracterização do entimema como silogismo “defeituoso” (em contraste a um silogismo “comum”, em que todas as premissas são expressas)

implicaria em distinção entre o raciocínio “da lógica” e o raciocínio do “uso comum” – considerando que no raciocínio geral raramente expressamos todas as proposições de um silogismo; quase somente nos tratados de lógica abstrata encontramos exemplos de raciocínio nos quais todos os termos são explicitamente declarados (HAMILTON, 1860). Conforme consta nas *Discussions*:

[...] nesse sentido, a divisão entre silogismo e entimema envolveria nada menos que uma distinção de espécies entre o raciocínio da lógica e o raciocínio do discurso comum; o silogismo seria a forma peculiar ao primeiro, e o entimema apropriado ao segundo. (HAMILTON, 1853, p.153)

No entanto, a lógica não cria novas formas de silogismo, apenas expõe aquelas que já são dadas; e – embora demonstre que em todo o raciocínio existem, no processo mental, necessariamente três etapas – a mera ausência de expressão de alguma delas na linguagem não constitui na lógica um tipo particular de silogismo mais do que a elipse de um termo constitui na gramática um tipo específico de concordância ou regência (HAMILTON, 1860).

Em segundo lugar, silogismo e entimema não são diferenciados respectivamente como uma forma intra lógica e uma extra lógica, supostamente, ambos são igualmente lógicos (HAMILTON, 1860). Aqueles que defendem a distinção são, portanto, necessariamente compelidos a sustentar que a lógica considera o acidente da expressão exterior e não a essência do pensamento (interno), ao sustentar que o entimema é realmente um silogismo defeituoso ou incompleto (HAMILTON, 1860). O autor assinala que

[...] mesmo essa distinção, se admitida, não traria benefícios - o silogismo e o entimema sendo distinguidos como duas formas intralógicas de argumentação. Aqueles que defendem a distinção retrocedem, portanto, ao absurdo ainda maior - ao estabelecer uma diferença de forma, em uma variedade acidental de expressão - de manter essa lógica relacionada ao acidente da linguagem externa e não à necessidade do pensamento interno. (HAMILTON, 1853, p.153)

Quanto ao ponto (ii), Hamilton (1860) observa que, de acordo com Aristóteles, o silogismo é considerado não em virtude de sua expressão, mas exclusivamente como um processo mental. A distinção, portanto, de uma classe de silogismos fundada em um acidente verbal seria – implicitamente e por antecipação – condenada pelo Estagirita (HAMILTON, 1860). Com efeito, Aristóteles distingue o entimema como um tipo de silogismo – um silogismo de conteúdo peculiar, “que se assenta em premissas

verosímeis ou em signos” (*An. Pr.* 70a) (HAMILTON, 1860). Se, após essa distinção, for mantido o entendimento de que Aristóteles compreendia o entimema sobretudo como um silogismo com uma premissa suprimida, o filósofo de Estagira deveria ter definido o entimema por duas diferenças – e por duas diferenças sem analogia mútua – pois um silogismo a partir de signos e probabilidades não se enquadra mais naturalmente em uma forma elíptica do que em um silogismo formado de qualquer outro conteúdo (HAMILTON, 1860). Segundo Hamilton (1860), os textos no *Órganon* e na *Retórica* geralmente invocados como fundamento dessa teoria não permitem tal interpretação, de modo que essa tese tem sido quase universalmente aceita por motivos que, quando examinados, não se sustentam.

Hamilton (1860) menciona a questão do adjetivo *ateles* (ἀτελής) (imperfeito), aplicado, em certa passagem, ao entimema: esse termo, se autêntico, significa apenas que o raciocínio “que se assenta em premissas verosímeis ou em signos” não permite uma inferência necessária ou perfeita; *ateles*, no entanto, prossegue Hamilton (1860), constitui uma manifesta inserção feita para acomodar a doutrina aristotélica à interpretação ordinária do entimema, já que o termo não aparece nos manuscritos mais antigos.

Não se pode negar, entretanto, que, em tempos muito antigos, o termo entimema era utilizado para descrever um silogismo com alguma parte de suas partes não expressa; mas foi igualmente empregado pelos retóricos gregos e romanos para “pensamento em geral”, como, p.e., por Dionísio de Halicarnasso, e pelo autor da *Retórica a Alexandre*<sup>7</sup> (HAMILTON, 1860). Entre os antigos que empregaram o termo para designar um silogismo com alguma parte suprimida, Hamilton (1860) cita Alexandre de Afrodísias, Amônio de Hérmiás e João Filopono<sup>8</sup>. Alguns, como Jorge Paquimeres<sup>9</sup>, só reconheciam a ausência da premissa principal; outros, como Quintiliano<sup>10</sup> e Ulpiano<sup>11</sup>, entendiam que a parte suprimida deveria ser a conclusão (HAMILTON, 1860).

Por fim (iii), Hamilton (1860) afirma que não há fundamento para ser negada a possibilidade de supressão da conclusão; a única maneira de um silogismo com

---

<sup>7</sup> Essa obra era tradicionalmente incluída entre os tratados de Aristóteles, mas hoje é geralmente atribuída a Anaxímenes de Lâmpsaco (WORTHINGTON, 2006);

<sup>8</sup> Hamilton (1860) menciona respectivamente: *Topica, In Quinque Voces Porphyrii, e Anal. Post.*

<sup>9</sup> *Epitome Logices Aristotelis.*

<sup>10</sup> *Inst. Orat.*, v.14

<sup>11</sup> *Ad Demosth. Olynth.*



premissa suprimida ser adequado é se essa premissa for suficientemente manifesta, de modo a dispensar sua declaração. A partir desse princípio, não existe razão para um silogismo ser menos possível no caso da conclusão – e não as premissas – ser implícita (HAMILTON, 1860). Ainda segundo Hamilton (1860), ambas as situações são igualmente frequentes.

### A. Grant

Em seus comentários à *Retórica*, Alexander Grant (1879) estatui que os argumentos de um orador, para serem persuasivos, não precisam ser demonstrações científicas, nem mesmo silogismos dialéticos, mas sim “argumentos retóricos”, conforme as condições e as circunstâncias permitirem. Diferentemente do cientista, que deve demonstrar uma tese diante de seus alunos, ou do dialético, que obtém as premissas da sua argumentação a partir de seu interlocutor, o orador deve abordar uma multidão com a qual ainda não está habituado; tem que capturar sua atenção sem entediá-la, e sugerir conclusões sem ter que percorrer cada passo da inferência (GRANT, 1879).

Todo raciocínio, contudo, deve ser indutivo ou dedutivo, e os argumentos da retórica devem pertencer a uma dessas duas formas (GRANT, 1879). Aristóteles, adaptando os nomes aos fins, faz uma correspondência entre termos retóricos e lógicos, entimema e silogismo, exemplo e indução (GRANT, 1879).

Grant (1879) registra que a palavra entimema parece etimologicamente significar um pensamento ou uma sugestão. Trata-se de um silogismo retórico com premissas construídas a partir de “signos” ou “probabilidades” (GRANT, 1879). Por probabilidade Grant (1879) entende uma causa que pode produzir um dado efeito, embora isso seja incerto; já o signo seria o efeito que pode ser atribuído a determinada causa, embora também possa ter sido produzido por outra coisa. Alguns críticos consideram que é essencial para o entimema suprimir uma de suas premissas, mas Aristóteles apenas diz (*Rhet.* 1357a) que esse é o caso que se dá com mais frequência (GRANT, 1879). A verdadeira característica do entimema é seu caráter sugestivo, não conclusivo; as premissas, ainda que totalmente expressas, não seriam suficientes para embasar seguramente a conclusão a que se quer chegar (GRANT, 1879).

Grant (1879) dá o seguinte exemplo: para provar que “A” assassinou “B”, é possível argumentar que “A” o faria porque existia uma conhecida desavença entre as partes (probabilidade), ou porque “A” foi visto coberto de sangue (signo).

O autor prossegue com sua exemplificação (GRANT, 1879), dividindo em argumentos o discurso proferido por Antônio na tragédia *Júlio César*, de Shakespeare<sup>12</sup>:

- (1.) Vários cativos César trouxe a Roma,  
Cujo resgate encheu os cofres públicos:  
Isso em César parece ambicioso?
- (2.) Vendo os pobres chorar, também chorava;  
A ambição deve ter metal mais duro:
- (3.) Vocês viram, nas Festas Lupercais,  
Que ofereci três vezes a coroa;  
Três vezes recusou. Isso é ambição?

Esses três argumentos baseiam-se em signos: os atos de César demonstram nele certo desinteresse, certa ternura e modéstia, incompatíveis com a ambição egoísta (GRANT, 1879). Mas o raciocínio não é conclusivo, pois os atos mencionados poderiam ter advindo de outras fontes além das boas virtudes da alma – poderiam ter sido produzidas por motivo (GRANT, 1879). No entanto, o raciocínio aqui é muito forte, cogente, como é de se esperar nas deduções produzidas por um bom orador (GRANT, 1879).

Grant (1879) expõe que o único raciocínio indutivo possível na oratória é o “exemplo”, mas o orador, ao invés de reunir instâncias suficientes para estabelecer uma norma (o que constituiria o método científico), cita apenas uma instância, indicando uma regra.

O exemplo, prossegue Grant (1879), é, obviamente, uma argumentação por analogia – a questão deve sempre ser se os casos comparados entre si são realmente análogos ou se existe uma diferença essencial nas circunstâncias. Aristóteles, de acordo com Grant, registra que alguns oradores lidam mais com exemplos, outros mais com entimemas,

---

<sup>12</sup> Utilizamos a tradução de José Francisco Botelho (2018).

mas está inclinado a acreditar que, ao obter mais reconhecimento, os entimemas são mais bem sucedidos (GRANT, 1879).

### R. C. Seaton

De acordo com R. C. Seaton (1914), Hamilton teria demonstrado que Aristóteles de fato pretendeu definir entimema como o fez nos *Analíticos Anteriores*, (“um silogismo que se assenta em premissas verosímeis ou em signos”, 70a), de modo que as conclusões obtidas por seu intermédio não podem ultrapassar o domínio da probabilidade (exceto nos casos em que os signos constituem uma prova infalível); todas as referências e exemplos de entimema na *Retórica* corroborariam essa visão (e não outra).

De Grant viria, de acordo com Seaton, a melhor definição do entimema aristotélico: “a verdadeira característica do entimema é seu caráter sugestivo, mas não conclusivo; as premissas, ainda que totalmente expressas, não seriam suficientes para embasar a conclusão a que se quer chegar” (SEATON, 1914, p.113). Seaton remete ao discurso de Antônio, utilizado como exemplo por Grant, que já reproduzimos na seção correspondente a esse autor e que, por essa razão, não trazemos aqui, sem prejuízos para o restante do exame efetuado por Seaton.

Escritores posteriores da Antiguidade utilizaram o termo entimema com sentidos variados, mas para os medievais e modernos entimema é sinônimo de silogismo em que uma das premissas é suprimida (SEATON, 1914). Essa visão é compartilhada pelo autor britânico E. M. Cope, que, em discordância com Hamilton, argumentou que, se a única diferença entre o silogismo e o entimema retórico reside na oposição entre certeza e probabilidade respectivamente, não haveria nenhuma diferença entre o entimema retórico e o silogismo dialético, já que os insumos e as conclusões dessa espécie de silogismo são puramente prováveis<sup>13</sup> (SEATON, 1914). A diferença, postula Cope, está na forma: o entimema é incompleto, carece invariavelmente de uma das premissas ou da conclusão; relação similar seria verificada entre o exemplo e a indução: o exemplo é

---

<sup>13</sup> Aristóteles nos *Tópicos* define: “Raciocínio dedutivo é um discurso no qual, dadas certas premissas, alguma conclusão decorre delas necessariamente, diferente dessas premissas, mas nelas fundamentada. Quando o raciocínio resulta de proposições primordiais e verdadeiras ou de princípios cognitivos derivados de proposições primordiais e verdadeiras, diz-se que temos uma demonstração; ao raciocínio obtido a partir de proposições geralmente aceitas chama-se silogismo dialético” (*Top.* 110a, tradução de Segurado e Campos (2007), ênfase nossa).

uma indução incompleta, derivada de uma única instância, e não do exame exaustivo de ocorrências similares (SEATON, 1914).

Pois bem. Seaton passa a responder.

A crítica de Cope a Hamilton demonstra confusão entre inferência válida e inválida: o silogismo “que se assenta em premissas verosímeis ou em signos” pode ser válido ou inválido (SEATON, 1914). No primeiro caso, coincide com o silogismo dialético e em ambos os casos trata-se de um entimema (SEATON, 1914). Vejamos o exemplo citado por Seaton (1914) (adaptado):

Homens gordos são bons;

Horácio era um homem gordo;

∴ Horácio era bom.

Seaton (1914) registra que o silogismo é inválido porque o termo médio “homens gordos”, equivalente a “maioria dos homens gordos” (de fato, não há um “todos” qualificando “homens gordos”), não está distribuído: o máximo que se pode concluir do exemplo é que Horácio provavelmente era bom. A conclusão de que nenhuma inferência válida pode ser extraída com base “em premissas verosímeis ou em signos” não é particularmente importante, mas sim que a inferência válida é geralmente sem valor para o orador, ao passo que a inferência não válida lhe é interessante (SEATON, 1914).

Seaton (1914) menciona ainda outro exemplo, baseado em *Rhet.* 1357b:

Aqueles que têm febre respiram rapidamente;

A. respira rapidamente;

∴ A. tem febre.

Embora esse silogismo seja inválido, trata-se de um bom exemplo de entimema (SEATON, 1914). Quando o signo é infalível, temos um silogismo na primeira figura válido e, portanto, um silogismo dialético (SEATON, 1914).

Resulta que, em regra, o silogismo dialético é um silogismo válido, enquanto o entimema ou silogismo retórico é um silogismo inválido (com a ressalva feita acima, ou seja, quando o signo é infalível) (SEATON, 1914). Aqui reside a diferença entre dialética e retórica, a primeira objetiva a demonstração, a segunda a persuasão, a

indução da crença (SEATON, 1914). Cumpre notar que Seaton (1914) admite a existência de entimemas não retóricos, cujas premissas seriam obtidas a partir das ciências particulares, como a medicina, mas não se aprofunda neste ponto.

Prosseguindo com a crítica a Cope, Seaton (1914) sustenta que é improcedente a alegação de que o silogismo dialético cuida apenas do que é provável. Para Aristóteles, a dialética é distinta da demonstração científica: no primeiro caso, as premissas podem ser obtidas a partir de qualquer tema; no segundo, as premissas derivam das ciências particulares; de todo modo, o silogismo é o “instrumento universal da razão” e qualquer silogismo válido pode ser considerado um silogismo dialético (SEATON, 1914). A diferença é que, enquanto a dialética é indiferente à verdade das premissas em si, esse quesito é da mais elevada importância para a demonstração científica (SEATON, 1914).

Conforme visto acima, um dos argumentos de Cope consiste na analogia feita pelo britânico entre a indução e o exemplo. Segundo Cope, o entimema, na qualidade de silogismo incompleto (ou “imperfeito”), omitiria alguma premissa ou a conclusão; da mesma forma, sugere Cope, o exemplo seria uma forma incompleta de indução, apresentando uma conclusão geral a partir de apenas uma ou duas instâncias, em vez de percorrer todas as instâncias conhecidas (SEATON, 1914).

O problema, analisa Seaton (1914), está na qualidade da diferença: o exemplo é materialmente imperfeito (em relação à indução), enquanto o entimema, segundo Cope, seria formalmente imperfeito.

No momento seguinte de sua análise, Seaton (1914) passa a elencar os diferentes sentidos de entimema. Em Sófocles, Xenofonte e Isócrates, entimema é utilizado com o sentido de deliberação, pensamento, plano, ou uma sugestão de qualquer tipo (SEATON, 1914). Na *Retórica a Alexandre* – obra erroneamente atribuída a Aristóteles e pouco anterior à sua *Retórica* – o termo é utilizado em sentido técnico, como uma espécie de prova dentre outras classes (especiais) de argumentos, “uma prova obtida a partir de qualquer tipo de oposição”, na tradução citada por Seaton (1914). Ainda conforme Seaton (1914), Cícero reconhece que o termo pode se aplicar a qualquer tipo de pensamento, mas, em retórica, restringe-se aos argumentos obtidos a partir de oposições; Quintiliano, além dos dois sentidos propostos por Cícero, também aponta o de uma “sentença com um [componente] racional” (SEATON, 1914). De acordo com

Seaton (1914), também já em Quintiliano é possível encontrar a doutrina do “silogismo imperfeito”, que predominará na Antiguidade tardia e Idade Média.

Seaton (1914) afirma que Hamilton atribui a Rodolfo Agrícola (1443-1485) a primeira interpretação correta de Aristóteles, mas, de acordo com Clarke, S. Tomás de Aquino já havia apresentado o verdadeiro ensinamento aristotélico em seu comentário aos *Analíticos Posteriores* duzentos anos antes. Para S. Tomás, a diferença entre silogismos e entimemas seria de natureza material; quando se refere ao entimema como *sylogismus detruncatus*, é a esse tipo de diferença – e não de forma – a que se refere S. Tomás (SEATON, 1914).

Seaton (1914) credita a interpretação equivocada do significado de entimema à interpolação posterior do termo *ateles* (ἀτελής) (incompleto, imperfeito)<sup>14</sup>. Mas se é assim, como explicar essa inserção? Seaton (1914) pondera que é possível afirmar que a inserção se deu para acomodar a definição de Aristóteles aos entendimentos subsequentes, por um copista não familiarizado com a fraseologia aristotélica<sup>15</sup> (SEATON, 1914). Mas isso não explica como teriam surgido esses entendimentos. Seaton (1914) especula que *ateles* pode de fato ter sido uma interpolação, mas uma interpolação anterior, inserida, na verdade, por alguém bastante versado na fraseologia aristotélica. Para Aristóteles, o silogismo só é perfeito, *teleios* (τέλειος), quando pertence à primeira figura, já que essa figura constitui uma forma de argumento particularmente evidente e convincente, em oposição à “imperfeição” da segunda e terceira figuras silogísticas: essas não seriam imediatamente evidentes em virtude do princípio *dictum de omni et nullo* (SEATON, 1914). É possível, portanto, que um copista tenha inserido *ateles* após o termo *sylogismos* (συλλογισμός), tendo em vista que o entimema – sendo um “um silogismo que se assenta em premissas verosímeis ou em signos” – nunca forma um *sylogismos teleios* (συλλογισμός τέλειος), exceto no caso em que um signo é também uma prova (SEATON, 1914). É possível que, em pouco tempo, *ateles* tenha sido erroneamente associado à forma do entimema em vez da matéria, e esse mal-entendido pode ter sido potencializado pelo fato de que todos os

<sup>14</sup> Pace (1550–1635) teria sido o primeiro a rejeitar a presença de *ateles* nos *Analíticos Anteriores*, o que foi reforçado posteriormente por Facciolati (1682–1769); na atualidade, o termo é amplamente considerado espúrio (SEATON, 1914).

<sup>15</sup> Seaton (1914) informa que H. Mansel teria sido o autor dessa asserção, em suas notas à *Artis logicae rudimenta*; esta, por sua vez, consiste na edição de 1849 dos escritos de lógica do classicista inglês H. Aldrich, preparada em 1849 pelo próprio Mansel.

entimemas fornecidos como exemplo por Aristóteles são, em ambos os sentidos, *ateleis* (SEATON, 1914). A transição de um silogismo “imperfeito” extraído de “probabilidades ou signos” para outro silogismo “imperfeito” (qualquer que seja o assunto) apresentaria pouca dificuldade, e consolidaria a visão de que um entimema é um silogismo com premissa ou conclusão suprimida (SEATON, 1914).

## Madden

As discussões antes apresentadas são as bases para os seguintes desenvolvimentos da crítica acerca do conceito de entimema na segunda metade do século XX.

Em seu artigo de 1952, Edward H. Madden busca traçar um conceito de entimema que interliga as concepções de Aristóteles acerca de lógica, retórica e metafísica.

Dentre os dezessete significados diferentes que o termo entimema assumiu ao longo da História compilados por W. Hamilton, Madden (1952) destaca dois: (i) o primeiro refere-se à própria doutrina do Estagirita presente nos *Analíticos Anteriores*: “O entimema é um silogismo que se assenta em premissas verosímeis ou em signos” (70a); (ii) o segundo corresponde ao que já denominamos anteriormente como “doutrina tradicional”: o entimema é um silogismo com uma proposição não expressa.

Antoine Arnauld e Pierre Nicole, no manual *La Logique ou l'Art de Penser*, de 1662, na citação de Madden (1952, p.369) da versão inglesa (notoriamente conhecida como *Port Royal Logic*), elaboram melhor sobre o segundo significado:

Um silogismo composto apenas de uma premissa e uma conclusão é chamada de entimema. As premissas de um silogismo às vezes não são ambas expressas porque uma das premissas motiva a pessoa a pensar na outra, de forma que a última se faz "tacitamente" presente.

Madden (1952) faz referência à obra *General Logic*, do acadêmico estadunidense R.M. Eaton, em que, de acordo com Madden (1952), Eaton responde aos lógicos franceses, sustentando que Aristóteles entendia por entimema algo totalmente diferente, a saber, um silogismo retórico, persuasivo, que leva a opiniões geralmente aceitas a partir de probabilidades, mas que contém uma falácia. Essa concepção do entimema (baseado em probabilidades e falacioso), no entanto, é rejeitada por Madden (1952). A equivalência entre entimema e silogismo retórico é certamente baseada no seguinte trecho da *Retórica*: “Chamo entimema ao silogismo retórico e exemplo à indução

retórica” (1356b) (MADDEN, 1952). Aristóteles, contudo, não entende as duas definições como sinônimas e isso fica claro, segundo Madden (1952), a partir de 1358a:

[...] alguns entimemas são formados de acordo com o método retórico, como também alguns silogismos o são de acordo com o método dialético; outros entimemas, porém, são formados conforme outras artes e faculdades [...]

Os silogismos retóricos, prossegue Madden (1952), seriam os entimemas cujas premissas são retiradas dos assuntos chamados por Aristóteles de tópicos (*topoi*), proposições genéricas aplicáveis a qualquer área não especializada da experiência. No entanto, diz Aristóteles (*Rhet.* 1358a), se alguém dispensar os tópicos e recorrer a declarações teóricas mais especializadas, então ele não produz um silogismo retórico, mas um entimema específico (de ética, política ou física) (MADDEN, 1952). Consequentemente, se alguns entimemas não são silogismos retóricos, alguma outra definição de entimema se faz necessária – e essa outra definição, sugere Madden (1952), Aristóteles a fornece nos *Analíticos Anteriores*.

Nessa obra, Aristóteles explicitamente define o entimema como “um silogismo que se assenta em premissas verosímeis ou em signos” (*An. Pr.* 70a). O argumento com base em proposições prováveis, diz ele, é aquele em que a premissa principal é quase (mas não totalmente) universal, e um argumento com base em signos é aquele em que um fato indica de uma maneira mais ou menos certa a verdade de algum outro fato único ou crença geral (MADDEN, 1952). Madden cita, a partir de Aristóteles (*An. Pr.* 70a), o seguinte exemplo de argumento com base em premissas verosímeis (probabilidades) (MADDEN, 1952, p.370, adaptado):

(1)

A maioria dos homens que invejam, odeiam;

Este homem inveja;

∴ Provavelmente este homem odeia.

Madden traz ainda dois exemplos de argumentos com base em signos (MADDEN, 1952, p.370, adaptado):

(2)

(Todas as pessoas com febre estão doentes)

Este homem tem febre



∴ Este homem está doente

(3)

(Todas as mulheres grávidas são pálidas)

Esta mulher é pálida

∴ Esta mulher está grávida

Os primeiro exemplo constituiria um entimema porque: (i) a premissa maior não é completamente universal, sendo a conclusão apenas provável; (ii) o argumento é formalmente inválido, já que o termo médio não está distribuído (MADDEN, 1952). Os outros dois exemplos também configuram entimemas: o termo médio é um indicador (um signo) de um fato empírico ulterior (MADDEN, 1952). O segundo exemplo de argumento com base em signos também incide na falácia do termo médio não distribuído, sendo, portanto, inválido; (2) é válido, constituindo, portanto, ao mesmo tempo, um entimema e um silogismo válido (MADDEN, 1952). Como Aristóteles define o entimema como um silogismo baseado em probabilidades ou signos, e como os argumentos baseados em signos podem constituir inferências válidas, então é inexato dizer – como o entendimento de Eaton exige – que Aristóteles caracteriza o entimema como um argumento persuasivo e falacioso (MADDEN, 1952). Ao contrário, ficou demonstrado que, para Aristóteles, o entimema não necessariamente envolve uma falácia lógica, embora possa fazê-lo (MADDEN, 1952).

Além disso, Aristóteles parece reconhecer que a inferência entimemática possui forma válida mesmo quando o entimema tem seus signos e probabilidades retirados dos tópicos (situação em que seria tecnicamente um silogismo retórico) (MADDEN, 1952). Aristóteles diz (*Rhet.* 1357a) das proposições que formam os silogismos retóricos que, embora algumas sejam “necessárias”, na maior parte são apenas geralmente verdadeiras (MADDEN, 1952). No entanto, o que ele quer dizer com uma proposição necessária em assuntos retóricos é o tipo de proposição baseada em signos sobre a qual um silogismo válido pode, por sua vez, ser baseado (MADDEN, 1952).

Consequentemente, quando Aristóteles diz que, embora a maior parte dos assuntos retóricos só é apenas geralmente verdade, parte é necessária, ele quer dizer que existem algumas proposições com base em signos que levam a argumentos (baseados em signos) formalmente válidos (MADDEN, 1952). Então, contrariamente à opinião de Eaton,

Aristóteles permite que haja silogismos retóricos que são inferências válidas (MADDEN, 1952).

Aristóteles não caracteriza o entimema como baseado apenas em probabilidades, como requer o argumento de Eaton (MADDEN, 1952). Aristóteles define o provável como o que geralmente acontece (MADDEN, 1952):

O verosímil é uma proposição provável, pois o que se sabe pode ocorrer ou não ocorrer, é o que se designa por verosímil (*An. Pr.* 70a)

Com efeito, probabilidade é o que geralmente acontece, mas não absolutamente, como alguns definem; antes versa sobre coisas que podem ser de outra maneira, e relaciona-se no que concerne ao provável como o universal se relaciona com o particular. (*Rhet.* 1357a)

Um entimema com base em probabilidades, por definição, baseia-se em uma premissa maior que é uma proposição provável (MADDEN, 1952). A forma inválida do argumento baseado em signos – ex.(3) acima – também é baseada na probabilidade, na melhor das hipóteses, porque o termo médio, como signo, indica em diferentes ocasiões fatos posteriores diferentes, como a palidez indica gravidez apenas em certo número de casos (MADDEN, 1952). No entanto, quando o argumento com base em signos é baseado em signos “necessários” (conforme ex. (2)), o termo médio, como signo, não indica simplesmente de modo geral, mas indica universalmente algum fato adicional porque é sempre um signo de algo e nunca de nada, como febre é sempre um signo de doença (MADDEN, 1952). Levando em conta que Aristóteles sustenta que “provável” significa “geralmente verdadeiro” e também reconhece um tipo de entimema baseado em signos verdadeiros e universais, é incorreto concluir (como faz Eaton, na avaliação de Madden) que Aristóteles sustenta que o entimema se baseia apenas em probabilidades (MADDEN, 1952). Considerando ainda que Aristóteles aparentemente reconhece que existem alguns poucos signos “necessários” em matéria retórica, é incorreto também dizer que o silogismo retórico deve basear-se apenas nas probabilidades (MADDEN, 1952).

Aristóteles, não obstante, faz uma importante distinção entre entimemas e silogismos retóricos, por um lado, e os silogismos da ciência, por outro (MADDEN, 1952). Embora no caso da inferência válida baseada em signos o entimema e o silogismo retórico sejam universais, isso não significa que o termo médio como signo explique por que as coisas significadas ocorreram ou explique sua razão de ser (MADDEN, 1952). Quando se diz, por exemplo, que a febre é um sinal de doença, não

se quer dizer que a febre seja a razão de ser da doença, mas simplesmente que a febre é a razão do meu reconhecimento de que existe doença (MADDEN, 1952). Da forma como Aristóteles define, o signo é simplesmente um indicador de que algo existe (o motivo ou razão do conhecimento), e não uma razão para a existência da coisa.

O signo, pelo contrário, pretende ser uma proposição demonstrativa, seja necessária, seja provável, algo que implica outro algo, seja anterior, seja posterior, eis o que é um signo da produção ou da existência de outro algo. (*An. Pr.* 70a)

Na terminologia de Aristóteles (*An. Post.* 78a), signos se qualificam apenas como conhecimento do fato, enquanto as causas, que funcionam como o termo médio em um silogismo científico, dão conhecimento da razão deste fato, ou seja, a razão pela qual algo ocorre ou existe (MADDEN, 1952). É o que, esclarece Madden (1952), na terminologia tradicional, se conhece respectivamente como *ratio cognoscendi* e *ratio essendi*.

O conhecimento do *que* difere do conhecimento do *porquê*. Primeiramente diferem em uma mesma ciência, por duas razões: a primeira, quando o silogismo procede de causas não imediatas, porque a causa anterior não se acha contida nelas, enquanto o conhecimento do *porquê* equivale ao conhecimento da causa anterior; a segunda, quando o silogismo procede através de premissas imediatas mas, em vez da causa, se toma como termo médio o mais conhecido de dois termos recíprocos, pois, de dois predicados recíprocos, o que não é causa pode muito bem ser mais conhecido e, deste modo, funcionar como termo médio da demonstração. É o caso de quando, por exemplo, demonstramos a proximidade dos planetas por eles não cintilarem. (*An. Post.* 78a, ênfase no original)

Essa diferença fundamental entre signos e causas é necessária para distinguir entimemas e silogismos retóricos dos silogismos científicos: no caso dos entimemas, os argumentos são baseados em signos ou probabilidades, mas nem entimemas nem silogismos retóricos são baseados em causas (MADDEN, 1952).

A distinção entre conhecimento do fato e conhecimento da razão do fato não é meramente uma questão metodológica, mas está diretamente ligada à ontologia aristotélica (MADDEN, 1952). O conhecimento da razão do fato é obtido através da descoberta das causas, desdobradas em quatro por Aristóteles (materiais, eficientes, formais e finais): essa divisão resulta de sua distinção ontológica fundamental entre forma e matéria, feita para dar conta da possibilidade de mudança e movimento, que por sua vez tem relação com seus conceitos de substância e enteléquia (MADDEN, 1952). Assim, o entimema, concebido como argumentos com base em signos, torna-se indireta,

mas seguramente, ligada à metafísica de Aristóteles: os signos tem significado ao serem contrastados com o raciocínio causal, e como o último está imerso em ontologia, o mesmo ocorre com os primeiros (MADDEN, 1952). Madden (1952) conclui que uma definição de signo como conhecimento do fato só poderia ocorrer em uma filosofia que tenha uma interpretação metafísica da *ratio essendi*, em contraste com o raciocínio baseado em signos.

Dizer que uma doutrina está condicionada por sistemas filosóficos equivale a dizer que a doutrina é possível ou impossível, verdadeira ou falsa, dentro das estruturas (princípios fundamentais) desses sistemas (MADDEN, 1952). No entanto, existe uma visão do entimema que não é condicionada por uma filosofia, isto é, não é verdadeira ou falsa dentro de qualquer sistema de filosofia, porque não é uma afirmação proposicional, mas uma máxima procedimental: esta seria a visão do entimema como silogismo truncado (MADDEN, 1952). É o que Madden passa a examinar em seguida.

Nos textos lógicos tradicionais, o entimema é geralmente classificado em ordens – primeira, segunda ou terceira –, dependendo da parte suprimida: premissa principal, premissa menor ou conclusão, respectivamente (MADDEN, 1952). De acordo com Madden (1952), lógicos da época de Hamilton pensavam que essa visão do entimema como silogismo truncado tinha significado para a teoria lógica porque designava um “silogismo imperfeito”, ou seja, era um argumento de expressão defeituosa (MADDEN, 1952). Hamilton argumenta que classificar o entimema como argumento imperfeito é fazer uma equiparação indevida entre o argumento válido e sua expressão externa, em vez de seu sentido (ou seja, seria uma equiparação entre frases ao invés de proposições); no entanto, diz Madden (1952), não é necessário introduzir essa complicação ontológica para mostrar que a visão silogística truncada do entimema não é uma questão de lógica.

Quando se usa um argumento (no contexto retórico), o objetivo é convencer seu ouvinte a fazer algo ou abster-se de fazer algo; para atingir esse objetivo, o orador deve evitar cadeias de raciocínio longas demais, evitar redundâncias e omitir o óbvio (MADDEN, 1952). Portanto, a noção de entimema como silogismo truncado diz respeito aos argumentos não do ponto de vista de sua forma lógica ou do seu significado, mas em termos do comportamento intencional a partir do qual surgiram e ao qual atendem (MADDEN, 1952).

A visão silogística truncada do entimema é um enunciado do tipo “meio e fim”, prescrevendo o que deve ser feito, para se alcançar determinada finalidade (qual seja, a persuasão), por intermédio do dispositivo retórico de supressão (MADDEN, 1952). Assim, a visão do silogismo truncado é uma regra de procedimento, uma “receita” para alcançar resultados, e não uma proposição, uma afirmação em si verdadeira ou falsa (MADDEN, 1952). Pode-se questionar se uma determinada regra é bem-sucedida ou frutífera e, portanto, fornecer razões pelas quais uma regra deve ou não ser adotada, mas seria tão inapropriado chamar de falsa uma regra quanto seria chamar de falsa a expressão “feche a janela” (MADDEN, 1952). Se as regras não são proposições, não estão condicionadas por um sistema de filosofia que permita decidir seu valor de verdade (MADDEN, 1952).

Essa natureza pragmática do entimema como silogismo truncado parece lançar dúvidas sobre a exaustividade da classificação de três ordens que os lógicos têm dado ao entimema desde os tempos de Hamilton (MADDEN, 1952). Uma vez que essa visão depende da supressão de premissas óbvias como meio de obter persuasão, é possível ter um entimema de quarta ordem, no qual somente a premissa principal é enunciada (MADDEN, 1952).

De acordo com Madden (1952), Eaton afirma ainda que Aristóteles não introduz a concepção de silogismo truncado do entimema em seu sistema, no qual a definição explícita de entimema é a de um silogismo que se assenta em premissas verosímeis ou em signos. No entanto, Aristóteles enfatiza a importância persuasiva de argumentos truncados, como podemos observar, p.e., em 1357a:

De sorte que é necessário que o entimema e o exemplo se ocupem de coisas que podem ser para a maior parte também de outro modo: o exemplo como indução, e o entimema como silogismo, formado de poucas premissas e em geral menos do que as do silogismo primário. *Porque se alguma destas premissas for bem conhecida, nem sequer é necessário enunciá-la; pois o próprio ouvinte a supre.* Como, por exemplo, para concluir que Dorieu recebeu uma coroa como prémio da sua vitória, basta dizer: pois foi vencedor em Olímpia, sem que haja necessidade de se acrescentar a Olímpia a menção da coroa, porque isso toda a gente o sabe. (*Rhet.* 1357a, destacamos)

A versão formalizada por Madden do exemplo de Aristóteles seria algo como (MADDEN, 1952, p.357, adaptado):

Todos os vencedores das competições olímpicas recebem uma coroa;

Dorieu venceu um concurso olímpico;

∴ Dorieu ganhou uma coroa.

Na prática, no entanto, o argumento jamais é expresso dessa forma, sendo suficiente dizer algo como “Dorieu venceu uma competição olímpica” (MADDEN, 1952). O argumento truncado evita desperdiçar palavras enunciando um fato que todo mundo sabe (MADDEN, 1952). Segundo Madden (1952), Aristóteles generaliza o exemplo ao registrar “[...] e o entimema [...], formado de poucas premissas e em geral menos do que as do silogismo primário” (*Rhet.* 1357a). É verdade, reconhece Madden (1952), que a expressão “em geral” impede que o aspecto truncado seja condição necessária ao entimema; portanto, Aristóteles não define o entimema como um silogismo truncado, mas indica que, frequentemente, argumentos devem ser truncados para persuadir melhor pessoas pouco instruídas, que não podem acompanhar um raciocínio complicado, sem que, no entanto, precisem ser ridicularizadas pela declaração do óbvio (MADDEN, 1952). Está claro então que o truncamento do silogismo ocorre no entendimento de Aristóteles, mas não se refere ou entra em conflito com sua definição “oficial” do entimema como um silogismo que se assenta em premissas verosímeis ou signos, já que as duas concepções são de tipos inteiramente diferentes (MADDEN, 1952). A visão do silogismo truncado em Aristóteles equivale a uma regra de procedimento, enquanto a definição de entimema como um silogismo baseado em signos ou probabilidades é uma concepção teórica que é possível apenas dentro de um sistema de filosofia como o de Aristóteles, que admite uma distinção entre *ratio cognoscendi* e *ratio essendi* e fornece uma interpretação ontológica para a última (MADDEN, 1952).

## Conclusão

No presente trabalho, percorremos parte do estudo contemporâneo sobre o entimema. Optamos por cobrir somente o período de aproximadamente um século situado entre meados do séc. XIX e XX. Decidimos ainda circunscrever o objeto desta pesquisa somente àquilo que chamamos de teorias “não ortodoxas”, quais sejam, aquelas que se afastam do entendimento do entimema como um “silogismo abreviado”, em que uma das premissas é omitida, já que é subentendida pela audiência do discurso.

Além dos objetivos descritos no resumo introdutório, esperamos que o tópico aqui tratado possa também ser útil para ajudar a entender como se deu a modificação do

conceito de entimema ao longo do tempo, desde a maneira como foi apropriado por Aristóteles até as mais recentes releituras pós-modernas.

## Referências

- GOMES, P. (1986) ARISTÓTELES. *Organon III - Analíticos Anteriores*. (tradução) Lisboa, Guimarães Editores.
- GOMES, P. (1987) ARISTÓTELES. *Organon IV - Analíticos Posteriores*. (tradução) Lisboa, Guimarães Editores.
- JÚNIOR, M. A.; ALBERTO, P. F.; PENA, N. (2005) ARISTÓTELES. *Retórica*. (tradução) Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SANMARTÍN, M. C. (1995) ARISTÓTELES. *Tratados de Lógica (Órganon) II. Sobre la Interpretación. Analíticos Primeros. Analíticos Segundos*. (introdução, tradução e notas) Madrid, Editorial Gredos.
- SEGURADO E CAMPOS, J. A. (2007) ARISTÓTELES. *Tópicos*. (tradução) Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- GRANT, A. (1879) *Ancient Classics for English Readers - Aristotle*. Edinburgh and London, William Blackwood and Sons.
- GRIMALDI, W.M.A. (1980) *Aristotle, Rhetoric I: A Commentary*. New York, Fordham University Press.
- GRIMALDI, W. M. A. (1980) Semeion, Tekmerion, Eikos in Aristotle's *Rhetoric*. *The American Journal of Philology*, Baltimore, Vol. 101, No. 4, pp. 383-398.
- HAMILTON, W. (1853) *Discussions on Philosophy and Literature, Education and University Reform*. London and Edinburgh, Harper & Brothers.
- HAMILTON, W. (1860) *Lectures on Logic*. London and Edinburgh, Blackwood.
- MADDEN, E.H. (1952) The Enthymeme: Crossroads of Logic, Rhetoric, and Metaphysics. *The Philosophical Review*. Durham, Vol. 61, No. 3, pp. 368-376.
- BOTELHO, J. F. (2018) SHAKESPEARE, William. *Júlio César*. (tradução e notas). 1ª ed. São Paulo, Penguin Classics Companhia das Letras.
- SEATON, R. C. (1941) The Aristotelian Enthymeme. *The Classical Review*. New York, Vol. 28, No. 4, pp. 113-119.

WORTHINGTON, I. (2006) *A Companion to Greek Rhetoric*. (org.) Oxford, Wiley-Blackwell.